



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006722-62.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Homologação de Transação Extrajudicial - Transação**  
 Requerentes: **REGINA LIMA BASTOS**, brasileira, separada, doméstica, portadora do RG nº 5.805.917-9 e CPF nº 917.805.788-49, residente e domiciliada na Rua Crescencio Cocca, nº 40, fundos, Vila Nery, CEP: 13567-630, **HELYEL LIMA BASTOS DA MOTTA**, brasileiro, maior, portador do RG nº 46.671.994-2 e CPF nº 384.107.748-01, residente e domiciliado na Rua Ismênia, nº 132, Jardim Panorama, Cotia/SP e **DANIELE GOMES SERQUERA**, brasileira, residente e domiciliada na Rua Torquato, nº 47, Jardim Nova Senhora das Graças, Cotia/SP.

**CONFIDENCIAL**  
**JUSTIÇA GRATUITA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

**REGINA LIMA BASTOS, HELYEL LIMA BASTOS DA MOTTA e DANIELE GOMES SERQUERA**, formulam pedido de **HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE GUARDA** com relação à criança, César Augusto Lima Gomes, nascido em 06 de Maio de 2012 (conforme certidão de nascimento - fls. 08). Assistidos pela Defensoria Pública, concordam que a guarda seja exercida pela avó (Regina), que já mantém a guarda de fato da criança desde o nascimento desta. Dispensam a fixação de alimentos, por ora.

Juntaram documentos (fls. 05/10).

Manifestação do Ministério Público favorável à homologação, à fl.14.

**É o relatório.**

**Fundamento e DECIDO.**

Por proêmio, concedo os benefícios da justiça gratuita às partes. **Anote-se.**

O acordo entre as partes foi entabulado na presença de representantes da Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com atribuição legal para o exercício da atividade conciliatória visando a resolução extrajudicial dos conflitos (artigos 134, Constituição Federal; 4º, inciso II e §4º, da Lei Complementar 80/1994 e 5º, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar Estadual 988/200), e resguarda os interesses da criança, conforme apontado pelo Ministério Público.

Diante do exposto, **HOMOLOGO**, por sentença o acordo entabulado entre às partes, nos termos da petição juntada às fls. 01/04 e, por consequência, resolvo a questão no mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil,

Considerando, por fim, que a celebração de acordo é ato incompatível com o direito de recorrer, nos moldes do artigo 503 do CPC, **fica, desde logo, certificado o trânsito em julgado**. Oportunamente, **EXPEÇA-SE O NECESSÁRIO** e arquivem-se os autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**